Informativo CNI
Ano 3 • Número 4 • setembro de 2015 • www.cni.org.br

Discussões entre Senado e Câmara mostram divergências na pauta de política comercial 2

SGP: USTR analisará pedidos de revisão da lista de produtos beneficiados 3

Curtas 4

INFORMATIVO DE WASHINGTON

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Parceria Transpacífica pode ser concluída na próxima Ministerial

O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) confirmou realização de reunião Ministerial da Parceria Transpacífica (TPP, em inglês) para o dia 30 de setembro a 1º de outubro em Atlanta, nos Estados Unidos. A reunião será precedida de um encontro entre os negociadores-chefe do acordo, que ocorrerá entre os dias 26 e 29 de setembro.

A confirmação da reunião Ministerial sinaliza avanço, com vistas a conclusão, das negociações do mega-acordo de comércio entre os 12 países participantes. Na última reunião Ministerial ocorrida no Havaí (28-31 julho deste ano), os países não conseguiram chegar a um acordo devido a divergências na área de regras de origem para o setor automotivo, preferências sobre produtos agrícolas (lácteos, arroz e açúcar) e regras sobre propriedade intelectual.

No cerne das divergências entre os negociadores do EUA, Canadá, México e Japão, está a flexibilização das regras de origem do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). Japão e EUA propõem para a TPP regras de origem menos restritivas do que as do NAFTA para o comércio de automóveis e autopeças. Esses dois países importam uma série de insumos de terceiros mercados asiáticos que não compõe a TPP.

Diálogo bilateral promove relações comerciais entre EUA e Índia

A reunião inaugural do Diálogo Estratégico e Comercial EUA-Índia ocorreu na última semana e foi co-presidida pela Secretária de Comércio dos EUA, Penny Pritzker. O mecanismo de diálogo tem como objetivo promover o avanço da visão compartilhada entre o presidente Barack Obama e o primeiro-ministro Modi sobre a integração econômica entre os dois países.

Paralelamente ao Diálogo entre os governos, foi realizada também a primeira reunião do CEO Forum entre EUA e Índia. Os setores privados dos dois países indicaram aos governos suas prioridades para melhoria do ambiente de negócios, cidades inteligentes, financiamento para infraestrutura, integração das cadeias de valor, parceria no setor aeroespacial e de defesa e energia renovável.

A meta dessa iniciativa é quintuplicar o valor de comércio entre EUA e Índia, que atualmente movimenta US$ 104 bilhões. O Diálogo Estratégico e Comercial já vem apresentando alguns resultados como a recém anunciada missão comercial à Índia promovida pelos EUA para o setor de infraestrutura para cidades inteligentes. Também foi destacada a compra de helicópteros da Boeing pelo governo indiano e parcerias entre a Universidade de Harvard e o Instituto de Administração de Ahmedabad em um projeto de mapeamento das economias regionais na Índia. Esse projeto tem como objetivo promover investimentos diretos integrando essas regiões às cadeias globais de valor.

Os países assinaram Comunicado Conjunto que firma a visão compartilhada sobre as relações bilaterais nas áreas de cooperação sobre temas globais, crescimento econômico, defesa e segurança e energia e meio ambiente. O primeiro ministro Narenda Modi visitou aos EUA entre os dias 24 e 29 de setembro.

Para maiores informações, acesse.

Discussões entre Senado e Câmara mostram divergências na pauta de política comercial

Congressistas deverão retomar em breve as discussões sobre o projeto de lei *Trade Facilitation and Trade Enforcement Act (H.R. 644)*, com vistas a resolver divergências entre a versão da Câmara de Representantes e a aprovada pelo Senado dos EUA.

A versão aprovada no Senado contém uma emenda polêmica que orienta o Departamento de Comércio a investigar casos de manipulação cambial como se fossem subsídios. A versão da Câmara de Representantes, apoiada pela Casa Branca, orienta o presidente a tomar ações específicas contra países que não adotem políticas para correção de suas moedas. Essas medidas poderiam incluir proibição de compras governamentais de bens e serviços para esses países e bloqueio aos financiamentos oferecidos pela OPIC (*Overseas Private Investment Corporation*).

Os presidentes do Comitê de Finanças do Senado, Orrin Hatch (R-Utah), e do Comitê de Assuntos Fiscais e Financeiros, Paul Ryan (R-WI), têm posição contrária às disposições sobre câmbio inseridas no projeto do Senado. Entretanto, com a desvalorização recente da moeda chinesa, o apoio a essa disposição tende a aumentar.

O projeto de lei também traz disposições que reforçam outros mecanismos de defesa comercial dos EUA, como alterações na metodologia da Comissão de Comércio Internacional para determinação de dano no âmbito das investigações de anti*dumping*. Outro ponto de divergência entre Senado e Câmara é a renovação da *Miscellaneous Tariff Bill (MTB)*, um mecanismo para suspensão temporária de direitos aduaneiros que contempla, principalmente, produtos do setor químico que não são produzidos nos EUA.

As negociações entre os assessores legislativos das duas casas evoluíram no último mês. Ainda não foi marcada data para conferência formal entre Senado e Câmara sobre a matéria.

Para maiores informações, acesse.

Congresso precisará alterar legislação para promover exportações de produtos agrícolas dos EUA para Cuba

Apesar da retomada das relações diplomáticas e permissão para bancos americanos abrirem contas em instituições cubanas, o aumento das exportações americanas de produtos agrícolas para Cuba ainda depende de alterações na legislação americana.

O setor agrícola americano tem interesse no mercado cubano, que importa mais de 70% dos alimentos consumidos, majoritariamente do Brasil, Canadá e União Europeia. No entanto, uma legislação que data do ano 2000 impede que as agências americanas utilizem seus orçamentos para prover assistência, mecanismos de crédito e garantias para as exportações dos EUA para Cuba.

O Serviço Externo Agrícola (FAS) do Departamento de Agricultura (USDA) declarou ao Comitê de Relações Exteriores da Câmara de Representantes que, no âmbito da atual legislação, não pode utilizar seu orçamento com serviços de desenvolvimento de mercado e promoção de exportações para Cuba.

Há receio de alguns setores do Congresso de que esse orçamento acabe financiando o regime de Fidel Castro, uma vez que a maioria das indústrias em Cuba são controladas pelo governo. No Senado, um projeto de lei introduzido pelo Sen. Heidi Heitkamp (D-N.D) permite que as instituições financeiras dos Estados Unidos concedam créditos a pessoas físicas e jurídicas em Cuba para fins de importação de commodities dos Estados Unidos. No entanto, a matéria foi inserida em um projeto de lei sobre o orçamento de 2016, que ficou parado.

Relações Bilaterais

CNI realiza Missão da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-EUA em Washington, DC

Entre os dias 14 e 18 de setembro a Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos (CEBEU) realizou missão de defesa de interesses em Washington, D.C. A missão, organizada com suporte da Brazil Industries Coalition, teve como objetivo apresentar as demandas do setor empresarial brasileiro ao Congresso e Executivo dos Estados Unidos, conforme previsto no Programa de Trabalho do CEBEU.

Na mesma semana foi realizada Plenária do Conselho Empresarial Brasil-EUA, reunindo as seções brasileira e americana na U.S. Chamber of Commerce.

Fique de olho

EPA regulamenta Plano de Energia Limpa dos EUA

A administração Obama lançou em agosto o esperado Plano de Energia Limpa (*Clean Power Plan*), primeira regulamentação dos Estados Unidos para combate à mudança do clima. A regulamentação é fundamentada pelo *Clean Air Act*, marco regulatório das políticas climáticas dos EUA.

O Plano de Energia Limpa tem como objetivo reduzir em 32% (até o ano de 2030) as emissões de gases de efeito estufa provenientes da geração de energia elétrica, tendo como base as emissões de 2005.O Plano deverá forçar os estados e as empresas de geração de energia a investirem nas fontes a gás natural, eólica e solar.

A regulamentação obriga os estados a apresentarem, até setembro de 2016, um plano preliminar para redução de emissões. Estima-se que a medida reduza a demanda de carvão mineral em cerca de 20% nos EUA. Os principais estados produtores do mineral – como Virginia Ocidental, Kentucky, Wyoming, Alabama, Arkansas, Florida, Indiana, Kansas, Louisiana, Michigan, Nebraska, Ohio, Oklahoma, Dakota do Sul e Wisconsin – serão os mais afetados pela medida.

Alguns congressistas, como o Sen. Mitch McConnell (R-KY), líder da maioria no Senado, pediram aos estados ignorarem a regulamentação proposta pela Agência de Proteção Ambiental (EPA). Temendo os prazos de 2016, os estados mais afetados já iniciaram processos judiciais contra a EPA antes mesmo de a regulamentação ser publicada no diário oficial americano para comentários do público.

Os Estados Unidos já tem reduzido dramaticamente o consumo de carvão mineral para geração de energia. Em 2006, cerca de 60% da energia elétrica era oriunda dessa fonte. Hoje, o carvão mineral participa em apenas 30% da geração elétrica e o gás natural já é responsável por outros 30%, tendo em vista o boom do gás de xisto.

Maiores informações, acesse.

SGP: USTR analisará pedidos de revisão da lista de produtos beneficiados

O Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), iniciou nova consulta para revisão anual de 2015 na lista de produtos beneficiados pelo Sistema Geral de Preferências (SGP) americano. A consulta também tem como objetivo alterar o status de alguns países em desenvolvimento beneficiários do programa, além de analisar pedidos para continuidade da suspensão de tarifas para produtos que atingiram os limites sobre competitividade previstos no programa (*Competitive Need Limitations waiver*).

As petições para alteração da lista de produtos beneficiados pelo SGP e status dos países em desenvolvimento no programa poderão ser enviadas até dia 16 de outubro. As solicitações sobre produtos que atingiram os limites de competitividade do programa (CNL waivers) deverão ser enviadas até dia 23 de novembro.

Após renovação do programa neste ano, o USTR já conduziu uma revisão no mês de julho baseada na análise dos fluxos comerciais de 2014. Acesse o link.

CURTAS

Infraestrutura para biocombustíveis nos EUA:

O Secretário de Agricultura dos EUA Tom Vilsack anunciou os 21 estados americanos que receberão recursos da Parceria para Infraestrutura de Biocombustíveis (BIP), a qual visa a expansão da infraestrutura de postos de abastecimento para biocombustíveis no país. Estima-se que o programa deverá viabilizar aproximadamente 5.000 mil bombas de abastecimento em mais de 1.400 postos.
Biofuel Infrastructure Partnership (BPP)

Peterson Institute (PIIE) analisa caso brasileiro de banco de desenvolvimento:

A edição de setembro do *Policy Briefing* do PIIE coloca em pauta o impacto de bancos de desenvolvimento sobre o crescimento e destaca como exemplo o caso brasileiro.
Do public development banks hurt growth? Evidence from Brazil

Investigações *antidumping* sobre papel do Brasil:

No dia 19 de agosto a Comissão de Comércio Internacional dos EUA (USITC) divulgou resultado preliminar das investigações sobre *dumping* nas importações americanas de papel não revestido (*uncoated paper*) da Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal. No caso do Brasil, a USITC encontrou margens de *dumping* variando de 33% a 42%. O respodentes brasileiros *International Paper* e Suzano Papel e Celulose receberam margens preliminares de *dumping* de 42,42% e 37,76%, respectivamente. O Departamento de Comércio dos EUA deverá publicar o resultado final das investigações em 7 de janeiro de 2016. Link.

Relatório sobre impacto da T-TIP nos Estados Unidos:

O *Atlantic Council*, a Fundação Bertelsmann e o governo do Reino Unido publicaram relatório sobre os benefícios da Parceria Transatlântica sobre Comércio e Investimentos para os estados americanos. O relatório detalha, para cada estado americano, o potencial de aumento das exportações de bens e serviços, criação de empregos e principais setores beneficiados pelo mega acordo de comércio em negociação.

INFORMATIVO DE WASHINGTON | Publicação mensal Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT | Gerente Executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe Técnica: Bruno Moraes, Daniel Alano, Eduardo Alvim, Fabrizio Panzini e Iana Silvestre | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Supervisão Gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado a partir de informações do *Brazilian Industries Coalition* (BIC) com dados até 30 de setembro de 2015.